



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

Sergipe, 29/9 a 5 de outubro de 2014.

MANOBRAS POLÍTICAS?

## Vereadores precisam recorrer ao MP para garantir direitos dos cidadãos

■ Os vereadores de Carmópolis Aécio de Oliveira e Adilson Alves Ramos, oposição à Prefeitura, precisaram recorrer ao Ministério Público do Estado de Sergipe - MPE/SE - para conseguir o direito de colocar matérias em votação no Plenário da Câmara Municipal da cidade. A argumentação deles é a de que o atual presidente da Casa estaria prevaricando ao não permitir pautas contrárias as de interesse dele. Eis as propostas que estão

demorando: listagem de cargos comissionados na atual gestão; contratos para eventos feitos com bandas, artistas e empresas nos últimos dois anos, com as respectivas declarações de imposto de renda; nomes das empresas prestadoras de serviço na cidade de Carmópolis e quantidade de carros locados e empresas contratadas para tais locações e nome dos beneficiados nos projetos municipais Mão Amiga e Cesta Básica.

“Essas informações não são restritas, são um direito da comunidade saber. E é um dever da Câmara cobrar. É apenas isso que queremos”, argumenta Aécio de Oliveira. Adilson Alves, ao complementar as indagações do parlamentar, diz já ter constituído um advogado. “Lá no MP, fomos orientados a procurar ajuda jurídica. E é o que estamos fazendo. Os parlamentares de oposição da Câmara de Carmópolis não vão se calar”. ■